EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ementa: Conflito de interesses. Atividade paralela. Violação do Princípio da Dedicação integral. Descumprimento das exigências da Resolução nº 8, de 2003 da Comissão de Ética Pública e do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

GLEISI HELENA HOFFMANN, brasileira, casada, Senadora da República (PT/PR), portadora de cédula de identidade RG nº 3996866-5 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 676.770.619-15, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Ala Teotônio Vilela, gabinete 04, CEP 70.165-900, Brasília/DF; vem, por seus advogados abaixo subscritos, com fundamento no artigo 5°, XXXIV, letra "a", e arts. 3°, 17 e 18 do Código de Conduta da Alta Administração Federal, apresentar,

# REPRESENTAÇÃO

Contra **GUSTAVO DO VALE ROCHA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/DF 13.422, no exercício do cargo de Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, com endereço no Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º Andar – CEP 70.150-900 – Brasília/DF; tendo em vista a prática de condutas violadoras do disposto no art. 3º da Lei 12.813/2013, e na Resolução nº 8, de 2003, da Comissão de Ética Pública, pelas razões a seguir expostas:

- 1. De acordo com informações contidas em importantes periódicos, do último dia 13 de fevereiro de 2017, o Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Sr. Gustavo do Vale Rocha, atuou, na condição de advogado da Sra. Marcela Temer, em ação que resultou na censura de reportagens de dois grandes jornais em circulação no país.
- 2. Segundo a publicação disponível no portal do Jornal O Globo:

"Justiça do DF censura reportagens do GLOBO e "Folha" sobre extorsão de hacker a Marcela Temer - Ação foi movida na sexta-feira pelo subsecretário de assuntos jurídicos da Presidência da República" 1

3. O tema também foi noticiado pelo Jornal "Folha de São Paulo":

"Uma liminar concedida pelo juiz Hilmar Castelo Branco Raposo Filho, da 21ª Vara Cível de Brasília, impede que a Folha publique informações sobre uma tentativa de um hacker de chantageá-la, no ano passado.

A petição foi assinada pelo advogado Gustavo do Vale Rocha, subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, em nome de Marcela.

O pedido menciona também o jornal "O Globo", cujo site publicou uma reportagem sobre o assunto logo após a Folha.

O texto foi publicado no site da Folha às 18h45 na sexta (10). A ação foi protocolada às 17h47, segundo registro do tribunal de Brasília.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Disponível em: <a href="http://oglobo.globo.com/brasil/justica-do-df-censura-reportagens-do-globo-folha-sobre-extorsao-de-hacker-marcela-temer-20917339">http://oglobo.globo.globo.com/brasil/justica-do-df-censura-reportagens-do-globo-folha-sobre-extorsao-de-hacker-marcela-temer-20917339</a>

A Folha foi intimada da decisão às 9h05 desta segunda (13). No site do jornal, o texto foi suprimido após a notificação."<sup>2</sup>

4. O próprio representado admitiu ter atuado no caso, em atividade paralela à sua função pública, conforme se depreende da declaração à seguinte reportagem:

Censura revela ascensão rápida de subchefe jurídico da Casa Civil

(...)

Rocha é quem assina a petição em nome da primeira-dama, Marcela Temer, pedindo à Justiça de Brasília a proibição de publicação de informações sobre chantagem de um hacker sofrida por ela.

(...)

Em resposta à **Folha**, Rocha afirmou que não vê conflito de interesses em sua atuação no episódio. "Em razão da função que exerço, nos termos da consulta por mim formulada ao Conselho Seccional da OAB/DF logo que tomei posse, só há impedimento para exercer a advocacia contra a Fazenda Pública", disse.

Questionada, a assessoria da Presidência da República afirmou que o assessor da Casa Civil é "advogado da primeira-dama" e, por isso, foi acionado para entrar no caso. <sup>3</sup>

5. As afirmações contidas nas reportagens revelam que a atuação do Sr. Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, ora representado, ocorreu em atividade paralela às suas atribuições perante o órgão público, o que gera questionamentos de duas ordens. O primeiro diz respeito à incidência da norma que dispõe sobre a incompatibilidade de exercício da advocacia por parte de dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública (art. 29 do Estatuto da Advocacia). O segundo, sobre a incidência das normas atinentes ao conflito de interesses de agentes da Alta Administração Pública.

<sup>3</sup> Disponível em: <a href="http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1858490-censura-revela-ascensao-rapida-de-subchefe-juridico-da-casa-civil.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1858490-censura-revela-ascensao-rapida-de-subchefe-juridico-da-casa-civil.shtml</a>

 $<sup>^2\</sup> Disponível\ em:\ \underline{http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1858249-justica-censura-reportagem-\underline{da-folha-sobre-extorsao-a-marcela-temer.shtml}$ 

- 6. Relativamente à incompatibilidade de que trata o Estatuto da Advocacia, a lei 8.906, de 1994, dispõe:
  - Art. 29. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.
- 7. O texto legal é direto ao delimitar o espaço de atuação do advogado que exerça função de dirigente de órgão jurídico da Administração Pública direta, qual seja, o da advocacia vinculada à sua função.
- 8. Com efeito, o debate acerca da interpretação e aplicação de referida norma não compete à Comissão de Ética Pública, razão pela qual aqui se enfrentará a questão sob a ótica das normas que protegem a Adminstração Pública do conflito de interesses públicos e privados na atuação de seus agentes.
- 9. Sob esse enfoque, a posição ocupada pelo Sr. **GUSTAVO DO VALE ROCHA**, por óbvio, enseja especial cuidado quanto ao exercício de atividades paralelas, seja por conta das demandas da Administração Pública, seja por conta dos temas com os quais se envolve no exercício da advocacia privada.
- 10. Relativamente às competências atribuídas ao órgão que dirige, assim dispõe o decreto que regulamente a estrutura regimental da Casa Civil:

Art. 10. À Subchefia para Assuntos Jurídicos compete: I - prestar assessoria jurídica e consultoria jurídica no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e dos órgãos da Presidência da República que não disponham de unidades próprias de assessoramento;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação dos órgãos assessorados quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - assistir os titulares dos órgãos assessorados no controle interno da legalidade administrativa dos atos dos órgãos e das entidades a eles vinculadas;

IV - examinar os aspectos jurídicos e a forma dos atos propostos ao Presidente da República, podendo devolver aos órgãos de origem aqueles que estejam em desacordo com as normas vigentes;

V - estabelecer articulação com os Ministérios e com as suas Consultorias Jurídicas, ou com os órgãos a elas equivalentes, sobre assuntos de natureza jurídica que envolvam atos presidenciais;

VI - proceder à revisão final da redação e da técnica legislativa das propostas, inclusive retificando incorreções de técnica legislativa, inadequações de linguagem, imprecisões e lapsos manifestos;

VII - emitir parecer final sobre a constitucionalidade, a legalidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e com a boa técnica das propostas de atos normativos, observadas as atribuições do Advogado-Geral da União previstas no art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

VIII - coordenar as atividades de elaboração, de redação e de tramitação de atos normativos a serem encaminhados ao Presidente da República;

IX - registrar, controlar e analisar as indicações para provimento de cargos e ocupação de funções de confiança submetidas à Casa Civil da Presidência da República e preparar para despacho os atos de nomeação ou de designação para cargos em comissão ou funções de confiança, a serem submetidos ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou ao Presidente da República;

X - preparar o despacho presidencial e submetê-lo ao Presidente da República;

XI - gerir o acervo da legislação federal em meio digital e disponibilizá-lo na internet;

XII - gerir o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais - SIDOF; e

XIII - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito dos órgãos assessorados:

- a) os textos de editais de licitação e os de seus contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e
- b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação. (grifo nosso)
- 11. Clarividente que o extenso e estratégico rol de atribuições do cargo que ocupa deve lhe exigir, além da intensa dedicação, o estabelecimento de relações que lhe permitam desempenhar com a máxima isenção a fixação

de posicionamentos jurídicos que orientem a ação dos órgãos assessorados pela subchefia.

- 12. É próprio da atividade advocatícia a adoção de teses jurídicas com as quais seu patrono se compromete no fiel e escorreito exercício da profissão e da defesa dos interesses do representado, sendo-lhe constrangedor, e até mesmo prejudicial à gestão da causa, que adote fora dos autos posicionamento diverso da tese sustentada em processo em curso. Referida situação traz demandas éticas que se reverberam tanto na relação do representado com a Administração Pública, quanto em sua relação com seus clientes privados.
- 13. Destaca-se aidna que o representado exerce função pública que também tem como competência "fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação dos órgãos assessorados quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União". Tal competência incrementa a possibilidade de conflitos entre posicionamentos do âmbito privado e aqueles adotados perante a Administração Pública.
- 14. O caso em tela se adequa a tal situação, afinal envolto a um tema do maior relevo no âmbito constitucional, por imbricar o conflito entre relevantíssimos valores: de um lado, as liberdades de expressão e de imprensa e de outro, direitos à intimidade e privacidade.
- 15. O representado, registre-se, adotou delicada tese no caso concreto, tratada por importantes juristas como ensejadora da prática de censura a meio de comunicação, conforme se depreende da seguinte matéria:

# Censura à Folha é inconstitucional, dizem professores de direito

(...)

Joaquim Falcão, professor do curso de direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio, critica a decisão do juiz: "Trata-se de uma decisão que tem como consequência a dupla censura. Ofende duplamente direitos. O direito da

imprensa de informar e o direito do leitor de ser informado".

A punição deve ser dirigida ao hacker, não ao jornal, segundo Falcão: "A imprensa não tem qualquer relação com o ato ilegal de invadir ou de alguma forma roubar dados de um celular. E a imprensa, pela sua obrigação para com a sociedade de informar, e a sociedade, com seu direito de saber, não podem ser colocados juntos com o hacker que violou o celular".

A consequência desses equívocos, segundo ele, é retirar direitos que já estavam dados: "O processo foi público em algum momento. A informação foi pública. A decisão [do juiz] não pode retroagir para limitar direitos. Em especial quando o direito é da sociedade".

## PROCESSO PÚBLICO

"O jornal não violou nenhum segredo judicial. Não vi nada no texto que pareça violação da privacidade da Marcela. Tudo o que está na reportagem está num processo público", diz Roberto Dias, professor de direito constitucional da escola de direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

O caso é um exemplo clássico, segundo Dias, de conflito entre dois valores que são preservados pela Constituição: o direito à liberdade de expressão versus o direito à intimidade.

"Em casos de conflitos como esse deve prevalecer a liberdade de expressão sobre o direito à privacidade, já que a informação divulgada é pública", defende Dias.

Outra questão a ser ponderada nesse tipo de decisão, de acordo com o professor da FGV, diz respeito à relevância das informações divulgadas.

"A informação divulgada é relevante e pode ter impacto sobre o próprio presidente da República", afirma Dias.

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence afirma não ter lido o processo sobre a primeiradama e, portanto, não poderia fazer uma análise acurada do caso. Mas tem um opinião sobre a decisão do juiz: "Aparentemente trata-se de censura", afirmou à Folha.

### TRANSPARÊNCIA

Professora de direito constitucional da USP, Monica Herman Salem Caggiano escreveu um artigo sobre esse tema que será publicado num livro a ser editado por uma universidade da Itália, a de Camerino, fundada em 1336.

"O embate entre privacidade e liberdade de expressão é uma questão delicada. Mas, a meu ver, o que está na internet você não pode retirar. A reportagem se baseia em informações públicas, que não podem ser ignoradas, escondidas ou colocadas nos bastidores. O direito de informar deve ser privilegiado."

Há ainda, de acordo com a professora da USP, uma questão que ganha cada vez mais relevância: a transparência.

"O círculo da intimidade ficou muito, mas muito menor nos dias atuais. Personagens públicos têm de atender ao princípio da transparência integral. Isso ocorre porque a transparência é um quesito da qualidade democrática".

16. O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cláudio Lamachia, é ainda mais incisivo:

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Claudio Lamachia, afirmou que é um desrespeito à liberdade de imprensa a decisão judicial que proíbe a Folha de publicar informações sobre um tentativa de extorsão sofrida pela primeira-dama, Marcela Temer.

A liminar foi concedida pelo juiz Hilmar Castelo Branco Raposo Filho, da 21<sup>a</sup> Vara Cível de Brasília, na sexta (10).

"A Constituição é clara ao assegurar o direito de liberdade de imprensa, de acesso à informação e de preservação da intimidade", disse Lamachia.

"O caso mencionado envolve exemplo claro de desrespeito à liberdade de imprensa, que deve poder investigar e publicar reportagens sobre as autoridades que dirigem o país e pessoas que influenciam nas decisões do governo. É preciso proteger dados referentes à intimidade das pessoas, sem fazer com que isso sirva de desculpa para censurar jornais interessados em elucidar fatos referentes à administração pública e à vida partidária", afirmou o presidente da OAB.<sup>4</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A respeito: <a href="http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1858429-censura-a-folha-e-desrespeito-a-liberdade-de-imprensa-diz-presidente-da-oab.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1858429-censura-a-folha-e-desrespeito-a-liberdade-de-imprensa-diz-presidente-da-oab.shtml</a>

- 17. O mérito da matéria faz com que a autoridade esteja diante de um conflito de interesses em que sua posição o opõe à atuação de veículos de comunicação, no exercício do mister de publicar informações de interesse da sociedade.
- 18. Independentemente das opiniões jurídicas sobre a matéria, o simples fato da causa em que advoga paralelamente ensejar esse debate já coloca o representado em delicada posição no exercício de sua função pública, uma vez que, se compromete com tese jurídica atinente a relevante matéria constitucional, pautado pelo interesse de um cliente privado.
- 19. Não obstante o conflito de interesses que o mérito da matéria gera, há uma questão de ordem objetiva que diz respeito ao princípio da integral dedicação pelo ocupante de cargo em comissão ou função de confiança.
- 20. A esse respeito foi editada a Resolução nº 8, de 2003, da Comissão de Ética Públi ca, que identifica situações que suscitam conflito de interesses e dispõe sobre o modo de evitá-las:
  - 1. Suscita conflito de interesses o exercício de atividade que:

(...)

b) viole o princípio da integral dedicação pelo ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, que exige a precedência das atribuições do cargo ou função pública sobre quaisquer outras atividades;

 $(\ldots)$ 

3. A autoridade poderá prevenir a ocorrência de conflito de interesses ao adotar, conforme o caso, uma ou mais das seguintes providências:

(...)

- e) divulgar publicamente sua agenda de compromissos, com identificação das atividades que não sejam decorrência do cargo ou função pública.
- 4. A Comissão de Ética Pública deverá ser informada pela autoridade e opinará, em cada caso concreto, sobre a suficiência da medida adotada para prevenir situação que possa suscitar conflito de interesses.<sup>5</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/codigos/codi\_Conduta/resolucao8.htm

- 21. Com o mesmo fulcro o Código de Conduta da Alta Administração é taxativo ao orientar a atuação de servidores que se encontram na condição do representado, conforme se depreende em:
  - 5. A autoridade precisa informar a Comissão de Ética Pública sobre as medidas que adotou para prevenir conflitos de interesses?

Sim. A Comissão deverá ser informada pela autoridade e opinará, em cada caso concreto, sobre a suficiência da medida adotada para prevenir situação que possa suscitar conflito de interesses.<sup>6</sup>

- 22. Neste particular, há de se ressaltar que o **representado** já tem essa dedicação dividida com a importante função de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público<sup>7</sup>, órgão criado pela Emenda Constitucional 45, cujas atribuições são fundamentais para o equilíbrio do sistema de justiça e do Estado Democrático de Direito.
- 23. É certo que, diante das demandas do cargo de Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, somadas às de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, a atuação em causa complexa como a mencionada comprometem sensivelmente o princípio da dedicação integral e deveria ensejar comportamento distinto do representado, que deveria se abster de patrocinar a causa particular em comento.
- Ao não adotar a cautela de recusar a causa, é de se perquirir se o representado adotou as providências necessárias à prevenção do conflito de interesses junto à Comissão de Ética Pública, na forma descrita pelo regulamento. Em caso contrário, deve ser adotado procedimento próprio por este Colegiado, na forma dos arts 17 e 18 do Código de Conduta:

Art. 17. A violação das normas estipuladas neste Código acarretará, conforme sua gravidade, as seguintes providências:

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Constante do Código de Conduta da Alta Administração Federal – Normas complementares e legislação correlata, 5ª ed. Brasília, 2013, p. 162 e ss. Disponível em:

http://etica.planalto.gov.br/sobre-a-cep/legislacao/codigo-conduta-compilado-2014.pdf <sup>77</sup> A respeito: http://www.cnmp.mp.br/portal/conselheiros/7416-gustavo-do-vale-rocha

I - advertência, aplicável às autoridades no exercício do cargo;

II - censura ética, aplicável às autoridades que já tiverem deixado o cargo.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela CEP, que, conforme o caso, poderá encaminhar sugestão de demissão à autoridade hierarquicamente superior.

Art. 18. O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste Código

será instaurado pela CEP, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes.

25. Em respeito a já tão abalada moralidade administrativa e diante dos repetidos episódios de atuação imprópria de agentes públicos que abalam o atual governo é fundamental que esta Comissão tome as providências necessárias ao ajuste de conduta das Altas Autoridades do Governo Federal.

26. Por todo o exposto, requer-se, por meio da presente representação, a instauração do competente procedimento administrativo com o fulcro de aplicar a necessária sanção à autoridade representada, e, ainda, subsidiar a recomendação de demissão do Sr. **GUSTAVO DO VALE ROCHA,** da função de Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília, 14 de Fevereiro de 2017.

### GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO

OAB/SP n° 252.259